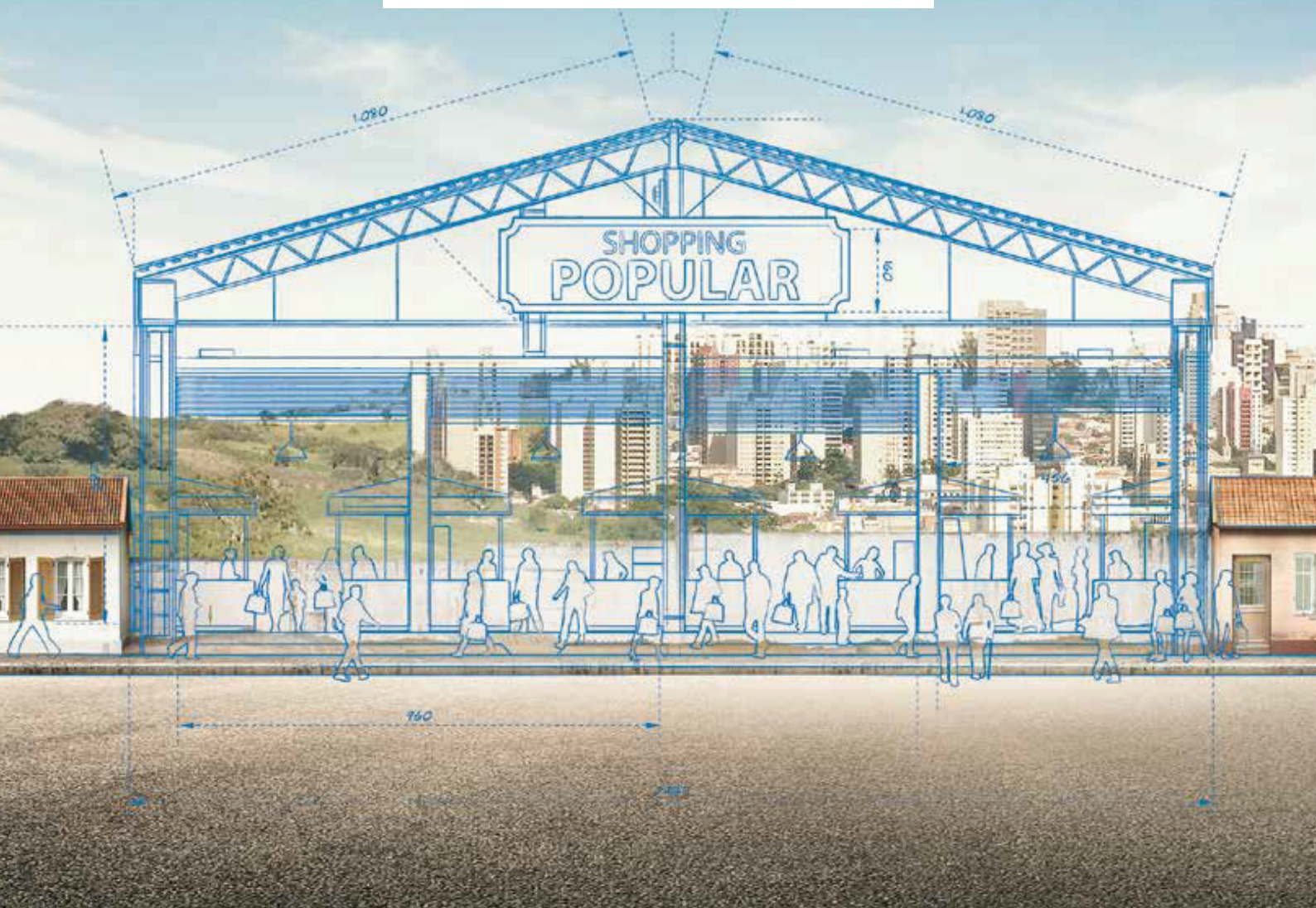


O DESENVOLVIMENTO DO SEU MUNICÍPIO PASSA PELAS SUAS MÃOS

Vencedores do VII Prêmio Sebrae
Prefeito Empreendedor
2011 – 2012



**CATEGORIA MÉDIOS E
GRANDES
MUNICÍPIOS**
Prefeitura do Município de
Lindoeste - PR

O DESENVOLVIMENTO DO SEU MUNICÍPIO PASSA PELAS SUAS MÃOS

Vencedores do VII Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor 2011 – 2012

© 2012. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae
www.sebrae.com.br | www.prefeitoempreendedor.sebrae.com.br

Presidente do Conselho Deliberativo Nacional
Roberto Simões

Diretor-Presidente
Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho

Diretor-Técnico
Carlos Alberto dos Santos

Diretor de Administração e Finanças
José Claudio dos Santos

Gerente da Unidade de Políticas Públicas
Bruno Quick

Gerente da Unidade de Marketing e Comunicação
Cândida Bittencourt

Coordenadora Nacional do Prêmio Sebrae Prefeito
Empreendedor
Denise Donati

Consultor do Prêmio
Sandro Salvatore

Coordenação Editorial
Plano Mídia Comunicação
(61) 3244-3066 / 67
planomidia@gmail.com

Coordenador e Editor
Abnor Gondim

Textos
**Anna Bernardes, Carolina Andrade, Cláudio
Barbosa, Emília Andrade, Pelágio Gondim,
Rafael Carvalho, Valtermir Rodrigues e Vanessa
Simas (Plano Mídia)**

Produção
Elias Azeredo, Gilmara Vieira, Luiza Xavier e

Veruchka Fabre

Colaboração
Unidades de Políticas Públicas/Sebrae –UF

Fotos
Agência Sebrae de Notícias/Sebrae-UF
Assessorias das Prefeituras

Capa e ilustrações
Lew Lara

Projeto gráfico e diagramação
**Vanessa Farias, Grupo Informe Comunicação
Integrada**

Revisão
**Diego Freitas, Grupo Informe Comunicação
Integrada**

Versão eletrônica
Plano Mídia Comunicação/Maven

Agradecimentos
Aos prefeitos e às prefeitas que fizeram 3.902
inscrições habilitadas
nas sete edições do Prêmio Sebrae Prefeito
Empreendedor (2001,
2002, 2003, 2005, 2007, 2009 e 2011) e aos futuros
participantes da
VIII Edição

Realização
Unidade de Políticas Públicas do Sebrae

Sebrae
SGAS 604/605 – Módulos 30 e 31
Asa Sul – Brasília – Distrito Federal
CEP: 70 200-645 – Tel.: (61) 3348 7100
Central de Relacionamento Sebrae – 0800 570 0800

Sumário

1. Identificação do município	4
2. Dados cadastrais da equipe técnica do projeto	4
3. Dados estatísticos	4
4. Relatos do prefeito	4
5. Categorias	8
6. Ações	8
7. Ações	12
8. Ações	15



1. Identificação do município

1.1. Dados Cadastrais do Município

Nome do Prefeito/Administrador Regional:

SILVIO DE SOUZA

Nome do Município/Administração Regional:

Prefeitura do Município de Lindoeste

2. Dados cadastrais da equipe técnica do projeto

Nome: CLAUDIO WEBBER

Cargo: CONTROLADOR INTERNO

Nome: DENISE FIOREZZI

Cargo: CHEFE DPTO. RECURSOS HUMANOS

Fone: (45) 3237-1124

E-mail: fiorezz@hotmail.com

Responsável

Nome: POLLYANNA TIBES BASTIANI

Cargo: CHEFE DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO

Nome: JANETE FELIPPE

Cargo: CONSULTORA

3. Dados estatísticos

3.1. Dados do Município

População	Fonte da Informação	Ano
5.361	IBGE	2010
IDH-M	Fonte da Informação	Ano
0,715	IPARDES/IBGE	2000
PIB (em R\$)	Fonte da Informação	Ano
56.746,00	IBGE/IPARDES	2011

4. Relatos do prefeito

4.1. - Como e por que tomei a decisão de apoiar as ME e EPP do meu município

O Município de Lindoeste tem sua economia baseada na agricultura e pecuária, caracterizando-se como um município essencialmente agrícola e de pequeno porte, mas com a auto estima a toda prova. As políticas públicas até o início do meu mandato priorizaram o setor agrícola. Era preciso dar uma atenção especial ao empresariado local urbano e principalmente aos pequenos negócios, nosso maior parceiro. Ao assumir o mandato em 1º em Janeiro de 2009, eu tinha como uma das minhas metas de governo criar Política Pública voltada a atender o empresariado local que possibilitasse promover seu crescimento e desenvolvimento. Desta forma, visando tomar conhecimento da atual situação dos empreendedores locais, solicitei à minha equipe técnica para que fossem feitos levantamentos de todas as MEs - Micro Empresas e Pequenas Empresas, EPPs - Empresas de Pequeno Porte e demais empreendedores individuais - Els existentes no Município. Os dados levantados apontaram que o Município possuía (95) empresas formais, devidamente instaladas e em funcionamento no Município (Fonte: Setor Tributário Municipal), destas, cerca de(95%) eram formadas por MPes e EPPs, e que geravam (495) empregos diretos (fonte:IPARDES), isso representa 15,51% da nossa população eco-

conomicamente ativa - PEA (3.191). Esse dado demonstrava que o município estava aquém da média do estado, cujos dados do IPARDES/2010 apontam que os empregos gerados no Paraná representam 59,84% da população economicamente ativa. O levantamento local mostrou ainda que tínhamos cerca de (65) informais atuando no município (fonte: Setor Tributário Municipal) e com potencial para fornecerem seus serviços à Prefeitura enquadrando-se como (MEIs). Outro dado preocupante e que demonstrava a fragilidade do ambiente para o desenvolvimento das empresas locais, foi, segundo as informações do SEBRAE/PR, a de que nos encontrávamos no início do meu mandato na (364^a) posição do IDMPE - Índice de Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa, uma posição bastante desconfortável, principalmente em relação aos municípios (PAREI AQUI) da região com as características semelhantes as de Lindoeste. Com base nas informações levantadas e com o desejo de incentivar empresas locais, determinei a minha equipe para que tomasse as providências legais necessárias visando implantar de forma efetiva uma Política Pública de compras públicas, visando proporcionar aos empresários locais as condições necessárias para que os mesmos participassem das compras Públicas Municipais como fornecedores de produtos e serviços ao Município. Ao mesmo tempo, visando aproveitar o potencial dos informais locais, determinei que fosse providenciada a formalização dos mesmos de forma ágil e desburocratizada. A idéia básica é aproveitar o potencial de compras da Prefeitura, tanto de bens, quanto de serviços, contratando diretamente com as empresas locais (MEIs, MPes e EPPs) pois desta forma, estaríamos suprimindo as necessidades internas e ao mesmo tempo incentivando a economia local. No processo de discussão para definição das estratégias a serem tomadas relativo a implantação de uma Política voltada às compras públicas, de forma a incentivar a economia local, algumas dúvidas surgiram, tais como:

- 1 - qual seria a forma legal para implantar tal Política Pública??
- 2 - o que especificamente deveria ser feito??
- 3 - o Legislativo Municipal concordaria com a ação proposta?

A solução estava na Lei Complementar Federal 123/2006 que traz o tratamento diferenciado às Micro e Pequenas Empresas. A estratégia foi regulamentá-la a nível municipal através da criação da Lei Geral Municipal nº 428/2009. Esta Lei foi amplamente discutida envolvendo a equipe técnica, empresários locais e instituições como o SEBRAE. Apesar de não termos a maioria na Câmara a Lei foi aprovada por unanimidade dos Vereadores, tendo em vista que articulei a presença dos empresários no dia da votação o que repercutiu fortemente sobre a decisão de nossos legisladores. É o instrumento legal de incentivo e desburocratização no âmbito Municipal o que fomentará uma maior formalização, estimula a qualificação destes empreendimentos para que estejam aptos a atender às necessidades de nossos consumidores, incentivo ao acesso ao crédito, dentre outras naturezas empreendedoras. Esta foi e continuará sendo nossa opção preferencial, as ME e EPP.

4.2. Quais foram as minhas primeiras iniciativas nesta direção e quais as dificuldades que tive que superar

Em 02/06/2009, SANCIONEI a Lei Geral Municipal (428/2009) a qual, dentre outras, cria as condições necessárias para implantação das Compras Públicas em benefício das Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais no Município de Lindoeste. Porém, para que os benefícios contidos na Lei Geral Municipal chegassem ao público alvo com eficácia, era preciso que a mesma fosse devidamente regulamentada. Diante dessa necessidade na data de 15/06/2009, criamos o Decreto 106/2009 que “Regulamenta o acesso das microempresas, empresas de pequeno porte e dos Micro Empreendedores nas contratações públicas, de bens, serviços e obras, no âmbito da administração municipal”. A regulamentação da lei criou as condições necessárias para que pudéssemos tomar as medidas necessárias no sentido de efetivamente implantar as compras Públicas voltada à economia local, bem como

na desburocratização dos processos de formalização dos informais. Obviamente enfrentamos dificuldades nesse processo de regulamentação e implementação da Lei Geral Municipal, entre elas:

- 1 - A falta de conhecimento específico da equipe técnica local, quanto à regulamentação da Lei;
- 2 - A resistência e a desconfiança dos empresários quanto à implantação da regulamentação da Lei;
- 3 - A falta de recursos humanos suficiente para a realização do processo;
- 4 - A falta de interesse da sociedade, empresários e da equipe em participar das discussões relativa à regulamentação da Lei;
- 5 - Ausência da “maioria” na Câmara Municipal;
- 6 - Ausência de um local específico para atendimento aos empreendedores.

Para superar essas dificuldades foi preciso haver muita conversa e insistir na importância da ação para os empreendedores e para o município como um todo. Destaco a participação do SEBRAE/PR na construção desse processo, pois nos ajudou a orientar e capacitar a equipe técnica local, além de nos auxiliar junto aos demais setores da sociedade organizada e parceiros na construção dessa ação como um todo. Foi preciso fazer remanejamento e aproveitamento de pessoal, com o devido treinamento, para que a ação fosse concretizada. Outro fator importante a ser observado, foi o fato de a Lei Geral Municipal ser discutida com a participação popular junto à Câmara Municipal com apresentação desta na íntegra, cujo resultado foi sua aprovação por unanimidade de votos. Foi preciso criar um espaço próprio e exclusivo para atendimento aos empreendedores locais, com objetivo de desburocratizar os processos esse ambiente foi denominado de SALA DO EMPREENDEDOR.

4.3. Quais foram as minhas estratégias para apoiar os pequenos negócios do meu município e quais foram os pontos fracos e fortes destas estratégias

Uma vez criadas as condições necessárias para que fosse possível promover ações de incentivo às MPEs, EPPs e aos MEIs, era preciso que os incentivos previstos na legislação “saissem do papel” e fossem efetivamente implantados. Tivemos o entendimento que não seria adequado o Poder Público por si só, definir ações e metas visando atender os anseios dos empreendedores locais, seria preciso haver uma junção de forças para que os resultados fossem efetivos. Para nos auxiliar nesse processo aprovamos, através do Decreto nº 216/209, de 07/12/2009, o Comitê Gestor da Lei Geral Municipal da Micro e Pequena Empresa, composto por (16) membros, formados por membros do Poder Público - Secretários Municipais de Agricultura, Planejamento, Finanças, Setor Tributário e um membro do Poder Legislativo Municipal; e membros da Sociedade Civil Organizada - da Associação Comercial local, empresários do ramo industrial, empresários do ramo comercial, representantes das associações, Cooperativas e dos prestadores de serviços. O COMITÊ atua auxiliando ao Poder Público na definição de ações e estratégias em favor do desenvolvimento local, foi peça chave na tomada de decisão quanto a implantação da estratégia voltada às Compras Públicas Municipal.

Uma vez identificada a necessidade de ter um espaço próprio ao atendimento aos empreendedores e para que houvesse agilidade nos processos de formalização, criamos então “SALA DO EMPREENDEDOR”, que é um local de atendimento exclusivo ao empreendedor, onde são tomadas todas as providências necessárias quanto à sua formalização e orientação quanto ao crédito, gerência do negócio e nas questões fiscais, tudo de forma ágil e deburocratizada. Para que o atendimento na sala seja efetivo e tenha resultados satisfatórios as parcerias e a integração entre as Secretarias Municipais e demais departamentos é essencial, pois cada um contribui no atendimento dentro de suas respectivas áreas de atuação, além desse apoio institucional a SALA conta com outros parceiros envolvidos no processo de auxílio aos empreendedores como: o SEBRAE/PR, os CORREIOS, as instituições financeiras como a Banco do Brasil, Bradesco e

SICREDI e a Associação Comercial e Industrial de Lindoeste -ACELIN, cujo objetivo é de atender às necessidades dos empreendedores locais, dentro de suas respectivas áreas de atuação e com tratamento diferenciado.

O Atendimento realizado na sala é totalmente gratuito, ou seja, não há custos para o empresário, ele entra e sai com a documentação desejada sem burocracia e com a maior agilidade possível. Mais de (50) informais já foram formalizados, destes, 80% foram formalizados na Sala do Empreendedor. Pelos levantamentos da área tributária, estimamos que o Município possui 65 informais no total.

Para que pudessemos atender satisfatoriamente os empreendedores locais com potencial para vender ao município realizamos, em parceria com o SEBRAE/PR, treinamento sobre “COMPRAS PÚBLICAS” voltado aos nossos servidores, para que esses pudessem prestar as informações necessárias aos interessados. São nítidos os ganhos.

A criação de EDITAIS licitatórios voltados a participação do nossos empreendedores locais foi o ponto chave na efetivação das compras públicas e na eficácia da política pública planejada para esse fim. Em 2010 participaram das compras públicas:

- (05) MEIs, com valor contratado de R\$ 47.911,68;
- (06) MPEs/EPPs com valor contratado de R\$ 166.870,00; e
- (13) agricultores no Compra Direta, cujo montante contratado foi de R\$ 14.422,65.

O somatório total para o exercício de 2010 com esse público alvo foi de R\$ 229.204,33. Em 2011, no período de Janeiro à Setembro nós triplicamos nossos números, ou seja, contratamos com :

- (15) MEIS, num montante de R\$ 157.325,00;
- (19) MPEs e EPPs, no montante de R\$ 716.874,40; e
- (15) agricultores, no valor de R\$ 28.747,00.

Avançamos significativamente em 2011, pois o somatório total para o período em referência foi de R\$ 902.946,40, demonstrando que estamos no caminho certo. Estamos planejando aportar mais 150.000,00 até o final do exercício (2011), para as compras públicas voltadas à participação dos MEIs, EPPs e MPEs do Município, isso vai representar um incremento de pelo menos mais 15%, ainda neste exercício.

No processo de implantação das compras públicas, enfrentamos algumas dificuldades relacionadas a:

- 1 - inexperiência da equipe em trabalhar com este público;
- 2 - o desconhecimento de muitos empresários sobre a Lei Geral relativo às compras públicas;
- 3 - a descrença dos empresários locais e despreparo do mesmo.

Para suplantar essa dificuldades realizamos treinamento e orientação da equipe, para que esta conhecesse de forma mais específica a Lei Geral Municipal e tivesse a segurança necessária ao atender os empresários locais. Realizamos palestras informativas e orientadoras aos empresários locais, para que estes tomassem conhecimento desse novo processo e tivessem a confiança necessária para participar dos certames

4.4. Resumo dos meus planos para os pequenos negócios do meu município até o fim do meu mandato

Tenho a convicção que a continuidade dessa Política Pública de Compras, voltada a promover a integração e o desenvolvimento dos Micro Empreendedores Individuais - MEIS, das Micro e Pequenas Empresas - MPEs e das Empresas de Pequeno Porte - EPPs, é fundamental para o crescimento e o desenvolvimento sócio-econômico deste segmento.

Por isso, pretendo continuar investindo no aprimoramento e ampliação dessa política desenvolvimentista local de compras públicas e até o final do meu mandato pretendo:

1 - Ampliar em no mínimo mais 50% o volume das compras públicas dos empreendimentos locais, passando dos atuais (R\$ 900.000,00) para (R\$ 1.350.000,00) em benefício direto aos MEIs, MPEs e EPPs;

2 - Atingir a meta de 100% de formalizações dos empreendedores formais do meu Município, ou seja, que os (65) informais estejam todos formalizados

3 - Ampliar parcerias com outras instituições, como o sistema “S”, (SENAC, SENAI e o SEBRAE) visando atender os empreendedores locais por meio de cursos e treinamentos direcionados, com objetivo de treinar 100% dos MEIs e no mínimo 80% das MPEs e EPPs

4 - fomentar a participação de MEIs, MPEs e EPPs dos Municípios vizinhos nas compras Públicas, convidando-os à participar nos certames licitatórios do Município;

5 - criar novas alternativas de negócios, como a realização de feira ou exposição voltadas a incentivar os empreendedores locais e vizinhos;

6 - obter melhora na colocação do Município relativo ao Índice de Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa - IDMPE, ficando, no mínimo, entre os (200) Municípios do Estado do Paraná, isso representará uma melhora de aproximadamente 55% em relação ao atual índice o que significa superar 164 Municípios;

7 - continuar incentivando os empreendedores locais (MEIs, MPEs e EPPs) por meio das compras públicas, visando gerar no mínimo mais (100) novos empregos diretos, com Carteira assinada;

8 - melhorar o faturamento dos empreendedores locais em no mínimo 30%, por meio das compras públicas;

9 - ampliar a oferta de espaço físico, com custo reduzido aos (MEIs, MPEs e EPPs) na EXPO-LIN - Exposição do Comércio e Agropecuária de Lindoeste, visando promover a participação de no mínimo 60% dos empreendedores locais, que oportunizará a realização de novos negócios e promoverá a venda dos seus produtos; e

10 - disseminar, por meio de contato direto e pelo exemplo de Lindoeste a cultura das compras públicas Municipais a outros Municípios, principalmente aos vizinhos (Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste e Capitão Leonidas Marques), como meio de incentivar e desenvolver os micro e pequenos empreendedores locais.

5. Categorias

5.1. Categorias Escolhidas para Participar

- Prêmio Destaque Temático – Compras Públicas dos Pequenos Negócios locais

6. Ações

6.1. Descrição da Ação nº 01

6.1.1. Título da Ação

QUALIFICAÇÃO DE EMPREENDEDORES

6.1.2. Natureza da Ação

Capacitação e empreendedorismo

6.1.3. Descritivo Sintético da Ação

É a realização pelo Município por meio de parcerias, de treinamentos, palestras e cursos

destinados à qualificar os Micro e Pequenos Empresários bem como a equipe Técnica , visando o obtenção e o aprimoramento das informações necessárias à gestão administrativa, à participação nas Compras Públicas, à melhoria da competitividade das compras locais principalmente das ME e EPP locais que a partir da implementação desta política pública alavancaram sua participação relativa e nominal frente a outros fornecedores que anteriormente a entrada desta ação pública municipal obtinham maior presença financeira e relativa nas compras realizadas pela administração municipal de Lindoeste. Os benefícios estão sendo sentidos naturalmente e expressivamente na economia local que apresenta uma dinâmica antes nunca vista. Outro viés bastante trabalhado foi no atendimento dos servidores públicos municipais que a partir das capacitações que sofreram melhoraram sua capacidade no atendimento sempre primando pela eficácia e eficiência nos processos operacionais e administrativos, conseqüentemente com uma atenção específica e especial as ME e EPP foi desmistificado todo um emaranhado de práticas administrativas que afugentavam e dificultavam uma maior participação dos pequenos empreendimentos nas aquisições públicas locais. Outra vertente bastante especial foi no crescimento da participação de fornecedores locais para as necessidades da prefeitura de Lindoeste. Alguns produtos e serviços não conseguíamos adquirir localmente mas com a abertura e a simplificação produzida pela administração municipal conseguimos atrair outros empreendimentos que se instalaram no município e gradualmente vem ocupando espaços significativos nas compras locais.

6.2. Público Alvo

Seq.	Setor Econômico	MPE Município	MPE Beneficiada	Percentual (%)
01	Fabricação de Produtos de Madeira	5	4	80,00
02	Comércio e Repar. de Veíc. Automotores e Motocicletas; e Com. Varejo de Combustíveis	15	13	86,67
03	Construção	3	2	66,67
04	Serviços Pessoais	8	6	75,00
05	Comércio Varejista e Reparação de Objetos Pessoais e Domésticos	32	30	93,75

6.3. Objetivos Principais

São objetivos da ação:

- 1 . Capacitar as equipes internas de licitação de acordo com os princípios legais da Legislação referente à compras públicas proporcionando a orientação necessária para atuarem e garantirem a participação das MPEs locais;
- 2 . Orientar e qualificar empreendedores a participar dos processos licitatórios;
- 3 . Qualificar a mão de obra do município para atuarem nas empresas locais e torna-las competitivas;
- 4 . Realizar palestras informativas aos empreendedores locais, no sentido de orientá-los quanto à gestão e organização dos negócios;
- 5 . Fortalecer a economia municipal através da maior circulação de recursos financeiros localmente;
- 6 . Imprimir uma dinâmica sistêmica e integrada no comércio a ponto de possibilitar com que os indicadores sócio econômicos sejam sensivelmente modificados positivamente na geração de emprego, renda, na arrecadação tributária, na abertura de novos empreendimentos, no faturamento das ME e EPP afetadas, com responsabilidade ambiental.

6.4. Histórico da Implantação

A capacitação e a formação técnica e profissional é um dos fatores que colaboram em muito para o sucesso dos empreendimentos. No município de Lindoeste-Pr, após a implantação da Lei Geral (428/2009) e a vontade da equipe de profissionais da Prefeitura Municipal em operacionalizar a Lei e realmente implementar os aspectos legais no que se refere às compras públicas,

foi pensado em conjunto com o Comitê Gestor Local, promover capacitação sobre compras públicas. Aceita a proposição, na primeira parte das ações de formação e de capacitação houve a opção de formar inicialmente a equipe interna da Prefeitura Municipal. Dentre as pessoas que iriam participar da capacitação destacam-se os seguintes elementos:

- Equipe de Licitação - pela necessidade de ampliar seus conhecimentos e poder aplicar os benefícios oferecidos pela Lei Geral aos Meis e MPEs.
- Responsável pela licitação - pela necessidade de estar atento ao processo de compras públicas dos EIs já desde a elaboração do edital, favorecendo assim a participação dos pequenos comerciantes e empreendedores do município e também da região;
- Secretários Municipais - pela necessidade constante de estar solicitando produtos e serviços para serem adquiridos pela Prefeitura Municipal
- Demais funcionários que atuam direta ou indiretamente com o processo de licitação.
- Empreendedores Individuais e MPEs do município.

O curso aconteceu em parceria com o município vizinho, Santa Lucia e foi ministrado pelo SEBRAE de Cascavel. Trouxe inúmeras informações e deu a equipe condições de assegurar o tratamento simplificado e diferenciado para as MPEs locais.

A Sala do Empreendedor uniu forças com a equipe pública e presta serviços de orientação para as pequenas empresas e EIs do município que tinham alguma dúvida sobre os processos licitatórios e suas formalidades. Entre as orientações destacam-se o apoio para emissão do bloco de NF, que, sem este apoio, o EI teria que se deslocar até a cidade vizinha para, pois no município não existe gráfica para impressão, então a Sala dá este apoio, pois realizou parceria com a gráfica da cidade vizinha e faz toda a parte de envio do documento e recebimento do mesmo, sendo que o EI precisa se deslocar até a Sala do Empreendedor que fará este trabalho. Também a emissão de certidões negativas e auxílio na montagem do processo licitatório tem trâmite especial dentro da Sala.

Observamos que as empresas precisavam oferecer produtos de qualidade aliado a um preço competitivo e com isso voltamos a qualificação para fortalecer seus profissionais. O Comitê gestor juntamente com o poder público planejou ações intencionalizadas de qualificação para proporcionar as empresas funcionários de alto padrão de qualidade.

Com este intuito foram trazidos para o município cursos de Mecânica básica, Cabeleleiro, Carpinteiro, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Administração de Empresas, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Logística. Também formou-se turma para curso de nível superior, na modalidade a distância, o curso Superior de Tecnólogo em Gestão Pública que contou com 23 alunos, todos servidores municipais.

A prefeitura municipal em parceria com o Comitê Gestor, que é composto por líderes públicos e privados, Associação Comercial do Município, Banco do Brasil, Correios, Sindicatos rurais, Emater, Sicredi, Cresol e Bradesco, tem planejado toda a qualificação que acontecerá em 2012 e o fomento a qualificação e melhoria na competitividade das MPEs do município especialmente aos EIs.

6.5. Resultados Alcançados

A ação gerou os seguintes resultados:

- (20) . servidores qualificados no curso de Compras Públicas;
- (23) . Tecnólogos em Gestão Pública da equipe da prefeitura (inclusive o prefeito municipal);
- (80) . alunos cursando os Cursos técnicos ministrado pelo IFPR - Instituto Federal do Paraná;
- (150) . Orientações na Sala do Empreendedor; e
- Maior acesso de ME/EPP/EIs nas compras públicas
- Aumento em 40% no faturamento dos EIs. Fonte: empresário envolvidos.
- (35) - empregos diretos com carteira assinada. (Dados informados pela Associação Comercial);
- (50) - empreendedores foram beneficiados diretamente com palestras orientativas realizadas pelo SEBRAE;

Destacamos, ainda, a evolução acumulada positiva de 17,45% no PIB-Percepta Municipal, considerando o período de 2008 a 2011; (fonte IBGE/IPARDES);

Nesta ação de qualificação e orientação dos empreendedores, uma das preocupações do Município está voltada ao meio ambiente, principalmente no que tange ao manejo e uso dos recursos naturais, tanto na área urbana quanto na rural. Visando aprimorar e disciplinar o uso desses recursos naturais o Município criou o Plano de Gerenciamento de resíduos sólidos e está em fase de conclusão o Plano de Gerenciamento dos recursos Hídricos. Os agricultores que fornecem produtos à merenda escolar, por meio das compras públicas, são orientados pelos Técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e pela EMATER local, a terem o cuidado necessário ao manejo das culturas, uso adequado dos recursos hídricos e quanto ao uso de agrotóxicos, no sentido de reduzir os impactos ambientais e melhorar a qualidade dos produtos destinados ao consumo dos alunos. Desta forma os produtos que chegam ao consumo dos alunos tem ótima qualidade e praticamente isentos de agrotóxicos, melhorando significativamente a qualidade da merenda escolar, cujo cardápio segue orientação de Profissional de Nutrição.

6.6. Investimentos Realizados

6.6.1 Receitas

Seq.	Parceiro	Valor	Percentual (%)
01	Prefeitura Municipal	24.000,00	13,26
02	IFPR	100.000,00	55,25
03	SEBRAE	1.000,00	0,55
04	Ministério do Desenvolvimento Social	56.000,00	30,94
Totais		181.000,00	100,00

6.6.2 Aplicações de Recursos

Seq.	Natureza	Próprio	(%)	Parceiro	(%)	Total	(%)
01	Instrutoria	10.000,00	5,52	110.000,00	60,77	120.000,00	66,30
02	Local	20.000,00	11,05	5.000,00	2,76	25.000,00	13,81
03	Materiais	6.000,00	3,31	30.000,00	16,57	36.000,00	19,89
Totais		36.000,00	19,88	145.000,00	80,10	181.000,00	100,00

6.7. Relato dos Beneficiados

Nome: Cleonice Mathias

Relação: Empresária que vende para o setor público

Relato: “Eu participei da licitação e percebi que a Poliana, que é a pregoeira esta sempre me ajudando e falando sobre os direitos que eu tenho para participar da licitação. Também já vi ela falar isso para outros empresarios daqui. Vender para a prefeitura esta ajudando muito a minha empresa. Também sempre quando eu tenho dúvida eu vou até a Sala do Empreendedor e a moça de lá me ajuda”.

Nome: Pollyanna Tibes Bastiani

Relação: Pregoeira

Relato: “Depois que eu participei do curso de Compras Governamentais, tenho mais segurança para conduzir o processo licitatório.

A partir desta participação incluímos nos editais a figura do Empreendedor Individual e planejamos nossa compras para atender mais as empresas locais. Quanto aos empresários participantes dos processo notei que estão mais seguros e com mais entendimentos dos seu direitos em relação a Lei”.

Nome: Simplício Rodhe

Relação: Empregador de aluno do curso de Técnico em Administração

Relato: “Depois que minha funcionária começou a fazer o curso de Administração notei que ela esta mais atenta com seu serviço.

Faz as coisas sem precisar mandar e esta escrevendo o que tem que fazer no dia. Tudo o que esta fazendo esta mais bem feito”.

“Acredito que isto é porque ela esta fazendo este curso. também conversei com outros colegas que tem pessoas estudando e também disseram a mesma coisa”.

7. Ações

7.1. Descrição da Ação nº 02

7.1.1. Título da Ação

SIMPLIFICAÇÃO E FORMALIZAÇÃO

7.1.2. Natureza da Ação

Formalização da economia local

7.1.3. Descritivo Sintético da Ação

Esta ação consistiu na criação de um espaço (Sala do Empreendedor) próprio, adequado e com os recursos humanos necessários para o atendimento, formalização e orientação aos empreendedores locais, de forma ágil, com burocracia reduzida e sem custos aos mesmo. Esta ação estava totalmente integrada e na forma sistêmica para ampliar o universo de formais afim de beneficiarmos maior número de empresas e de cidadãos com a inclusão, respectivamente empresarial e cidadã. Alguns casos de EI's passaram a fornecer produtos e serviços para a prefeitura de Lindoeste o que impactou consideravelmente sobre a economia local e sobre os indicadores sócio econômicos locais.

7.2. Público Alvo

Seq.	Setor Econômico	MPE Município	MPE Beneficiada	Percentual (%)
01	Artesanato	4	4	100,00
02	Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	5	4	80,00
03	Atividades de Informática e Conexas	3	2	66,67
04	Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas	6	6	100,00
05	Construção	5	3	60,00
06	Comércio Varejista e Reparação de Objetos Pessoais e Domésticos	32	30	93,75
07	Transporte Terrestre	8	6	75,00
08	Serviços Pessoais	8	8	100,00
09	Serviços Prestados Principalmente às Empresas	7	7	100,00
10	Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados com essas Atividades	20	20	100,00

7.3. Objetivos Principais

Os objetivos da ação consistiam em:

- 1 . criar um espaço adequado e próprio para o atendimento, orientação e formalização dos informais e demais empresários;
2. Incentivar formalização dos informais que se encontravam em situação irregular, por meio da disponibilização dos serviços sem custos e com agilidade;
- 3 .Prestar a assessoria, efetuar orientações para o crédito e fazer os encaminhamentos necessários;
- 4 . Prestar serviços aos empreendedores de forma rápida e desburocratizada e com a maior agilidade possível; e

5 . tomar as demais providências necessárias relacionada à emissão de documentos como declarações, certidões, declarações e outros documentos pertinentes.

6 . Impactar sobre a evolução positiva dos indicadores sócio econômicos municipais

7.Orientar sobre proteção ao meio ambiental os empreendedores do município.

7.4. Histórico da Implantação

O primeiro passo foi efetuar levantamento completo dos empreendedores que estavam atuando na informalidade no Município através de uma fiscalização orientadora, realizada pelo Departamento de Tributação e Fiscalização da Prefeitura. Uma vez identificados, os informais eram orientados a procurar a Prefeitura para realizar sua formalização. As formalizações inicialmente, eram realizada junto ao Departamento Tributário.

Com a criação do espaço próprio que funciona junto ao prédio da Prefeitura, inaugurado oficialmente em 25/02/2011, os trabalhos de orientação, formalização e acompanhamento dos empreendedores passaram a ser feitos diretamente neste local, denominado de “SALA DO EMPREENDEDOR”, e prestado por servidor devidamente treinado para esse fim. Apesar do pouco tempo da efetiva regulamentação e implementação da Lei Geral Municipal, já foi possível realizar mais de (150) atendimentos diretos, já foram realizadas (52) formalizações de informais e/ou abertura de novos empreendimentos. Além disso são realizados trabalhos de acompanhamento desses formalizados, emissão de documentos fiscais e guias de recolhimentos. Na Sala são realizados, ainda:

- assessoria orientadora para o crédito, com encaminhamento às instituições financeiras (Banco do Brasil, Sicredi e Bradesco) parceiras;
- Orientação sobre proteção e coleta adequada de resíduos sólidos das empresas.
- é feita a concessão de crédito aos empreendedores por meio do “Banco Social”, que funciona junto à Sala;
- é solicitada a emissão de Notas fiscais para os MEIs prestadores de serviços, garantindo comodidade aos mesmos;
- as declarações anuais do Simples Nacional - DASN-SIMEI dos Meis é feita diretamente na Sala do empreendedor.

Segundo levantamento da Setor Tributário Municipal e da Sala do empreendedor o Município possui cerca de (65) informais atuando. Dados do IPARDES/IBGE-2009 demonstram que o Município possuía (93) empreendimentos formais atuando e que geram (495) empregos diretos. O somatório dos informais e dos formais em atividade no Município é (158) estabelecimentos, em comparação aos formalizados temos que aproximadamente 69,89% dos estabelecimentos são informais, sendo necessária atenção especial para trazê-los à formalidade.

7.5. Resultados Alcançados

A ação produziu e vem produzindo resultados positivos tais como:

- 1 - Formalização de 52 Empreendedores Individuais;
- 2 - foram realizados mais de 150 atendimentos diretos na Sala do empreendedor, desde a sua criação efetiva;
- 3 - com a fromalização foi possível possibilitar a participação dos MEIs nas Compras Públicas;
- 4 - cerca de 37% dos EIs do município possui contratos de fornecimento com a Prefeitura.
- 5 - Foram realizadas (02) palestras “Empreendedor Individual”, (01) Palestra “Abri Minha Empresa. E Agora?”, com objetivo de capacitar esses MEIs;
- 6 - Realizou-se trabalho em parceria com o SEBRAE/PR do Programa “Negócio à Negócio”,

onde mais de 30 empreendedores (MEIs, MPEs e EPPs) foram diretamente beneficiados.

7 - Levantamento da Sala do Empreendedor apontam que houve uma melhora no faturamento do MEIs de aproximadamente 57% no exercício de 2011, em comparação com 2010;

8 - Foram formalizados (52) EIs até setembro de 2011, segundo dados da Sala do Empreendedor. Esse número representa 80% dos informais (65) formalizados;

9- todas as empresas abertas através da Sala do Empreendedor, orientadas sobre proteção ao meio ambiente

10 - Levantamento da Associação Comercial e Industrial de Lindoeste apontam que foram gerados (35) novos empregos, com carteira assinada, no período de 2010 até setembro de 2011;

11 - Melhorou consideravelmente a qualidade dos produtos da merenda escolar, fornecido pelos agricultores às escolas Municipais, devido ao manejo adequado e a redução no uso de agrotóxicos, são (600) alunos beneficiados de (4) escolas Municipais e (02) Centros de Educação infantil.

Outro fator importante a ser destacado é a evolução positiva do PIB Percapta Municipal, onde, conforme dados do IBGE/IPARDES do Paraná, em 2008 nosso PIB Percapta era de R\$8.916,00 e em 2011 passamos para R\$ 10.472,00, uma evolução acumulada de 17,45% no período, Superior ao do Estado do Paraná que foi de 16,70% e do Nacional de 15,44%, no acumulado.

7.6. Investimentos Realizados

7.6.1 Receitas

Seq.	Parceiro	Valor	Percentual (%)
01	Prefeitura Municipal	5.000,00	100,00
Totais		5.000,00	100,00

7.6.2 Aplicações de Recursos

Seq.	Natureza	Próprio	(%)	Parceiro	(%)	Total	(%)
01	Salário dos servidores envolvidos	4.000,00	80,00		0,00	4.000,00	80,00
02	local para realização das ações	1.000,00	20,00		0,00	1.000,00	20,00
Totais		5.000,00	100,00	0,00	0,00	5.000,00	100,00

7.7. Relato dos Beneficiados

Nome: Kathryn Mathias

Relação: Sócia de empresa beneficiada pela ação

Relato: “Com a formalização da minha empresa, eu consegui comprar mercadorias com preço diferenciado, tive acesso a crédito com juro baixo e também tive a oportunidade de participar de licitações e vender para o setor publico, aumentando assim a minha renda e gerando um emprego, contratando um funcionário”.

Nome: Jane Wisniewski

Relação: Empresária beneficiada pela ação

Relato: “Depois que formalizei minha empresa, passei a trabalhar mais animada e me sentindo mais segura, sabendo que estou trabalhando de forma correta e contribuindo com o INSS, o que é uma obrigação de todos nós, me sinto muito feliz por ser reconhecida como uma micro-empreendedora. Acredito que essa formalização das pequenas empresas e os Meis, foi uma das melhores coisas que já aconteceram nos últimos anos no nosso país. É a oportunidade de nós os pequenos empreendedores trabalharmos de forma legal”

Nome: Gilza Alves Aleixo da Silva

Relação: MEI, beneficiada pela ação.

Relato: “Com a formalização da minha empresa, eu tive condições de comprar mercadorias em atacados e de vendedores, com preços diferenciados que antes estando na informalidade não

conseguia comprar, aumentando assim minha renda eu pude contratar uma funcionária para me ajudar, estou muito feliz, o objetivo de conseguir ajudar os pequenos empreendedores no meu ver foi muito bom”.

8. Ações

8.1. Descrição da Ação nº 03

8.1.1. Título da Ação

PLANEJAMENTO PARA COMPRAS

8.1.2. Natureza da Ação

Compras públicas locais

8.1.3. Descritivo Sintético da Ação

Esta ação consiste especificamente na criação de EDITAIS específicos e Editais com lotes específicos, destinados à atender a demanda Municipal por bens e serviços, adequados ao mercado local, visando a participação das MPEs, EPPs e MEIs do Município nas Compras Públicas Municipais, de conformidade com Lei Geral Municipal 428/2009. Ela faz parte de um planejamento estratégico elaborado para gerar privilégios sempre que possível para as ME e EPP ampliarem a sua participação nas compras locais. Conseguimos com muito cuidado, atenção e disciplina discutindo com o empresariado local dirimir as dúvidas que mais criavam obstáculos a participação destes pequenos empresários nas aquisições públicas locais. Seguramente que com a implantação deste planejamento conseguimos desobstruir gargalos que impediam com que os empreendimentos existentes pudessem evoluir em sua participação relativa e nominal. Também estava previsto no planejamento atrair novos empreendimentos principalmente em setores inexistentes no comércio local afim de possibilitar o crescimento do consumo advindo de consumidores locais que antes recorriam a municípios vizinhos para atender algumas de suas necessidades de consumo e estamos conseguindo atrair consumidores de municípios vizinhos o que tornará a economia de Lindoeste extremamente beneficiada e com crescimento exponencial até o fim do meu mandato.

8.2. Público Alvo

Seq.	Setor Econômico	MPE Município	MPE Beneficiada	Percentual (%)
01	Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas	5	4	80,00
02	Artesanato	8	5	62,50
03	Atividades de Informática e Conexas	2	1	50,00
04	Metalurgia Básica	2	1	50,00
05	Transporte Terrestre	3	2	66,67
06	Comércio e Repar. de Veíc. Automotores e Motocicletas; e Com. Varejo de Combustíveis	3	2	66,67
07	Comércio Varejista e Reparação de Objetos Pessoais e Domésticos	32	14	43,75
08	Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados com essas Atividades	50	47	94,00

8.3. Objetivos Principais

Os objetivos principais das Compras públicas são:

- 1º - Oportunizar a participação nas Compras Públicas de Micro e Pequenas Empresas e MEIs do Município;
- 2º - Criar procedimentos licitatórios destinados a Aquisição de Materiais de Consumo, Bens e Serviços a serem fornecidos pelas MPEs, EPPs, MEIs, de acordo com as necessidades do Município;
- 3º - fomentar o comércio local, fazendo com que o dinheiro fique no Município, revertendo os impostos em melhoria de vida a população;

- 4º - Promover a geração de emprego e renda e o desenvolvimento econômico das MPEs, MEIs e EPPs do Município por meio do incremento nas vendas aos Município;
- 5º - fomentar a economia local pela injeção de recursos públicos no comércio local por meio das compras públicas;
- 6º - aproveitar o potencial de Compras do Município direcionando a demanda para o comércio local;
- 7º - oportunizar a participação das MPEs, MEIs e EPPs dos Municípios vizinhos nas compras públicas Municipais;
- 8º - fomentar a agricultura familiar por meio da compra direta dos produtos dos agricultores locais;
- 9º - eliminar os estoques de produtos na Prefeitura;
- 10º - reduzir custos de estocagem e de distribuição dos produtos para Secretárias/departamentos, pela entrega direta pelo fornecedor nos locais e datas definidos pela Administração Municipal;
- 11º - promover a melhoria dos impactos ambientais pela redução na emissão de poluentes na atmosfera, pela redução no consumo de matérias e pela conservação dos recursos naturais.

8.4. Histórico da Implantação

Após criadas as condições legais necessárias através da Lei Geral Municipal 428/2009 e da sua regulamentação específica, necessárias para pôr em prática a Política Pública de Compras Municipais, iniciou-se, por meio do Departamento de Compras e Licitações a realização de Processos Licitatórios, destinados a adquirir bens e serviços necessários à manutenção administrativa e à prestação dos serviços públicos. As primeiras contratações nos moldes dessa nova Política pública de Compras Governamentais foram realizadas no exercício de 2010, com a participação de (05) Meis, (06) MPE e EPP e mais (13) agricultores. Em 2011 esse número cresceu significativamente, tivemos a contratação de (15) MEIs, (19) MPEs e EPPs e (15) agricultores, até o mês de Setembro do exercício corrente. Há previsão de incremento de pelo menos mais 15% nas compras, em relação ao já realizado no exercício, o que representaria aproximadamente mais R\$ 150.000,00 a serem aportados até o final do exercício.

Os itens são divididos em lotes e os Editais são construídos de forma a atender às necessidades do Município e adequados aos fornecedores locais, para que os mesmos tenham plenas condições de participar dos certames licitatórios em igualdade de condições.

Os empresários tomam conhecimento dos Editais por meio de Jornal (Diário Oficial) de ampla circulação no Município; diretamente no Setor de Licitações da Prefeitura; por meio de contato direto por telefone; e por meio do Portal de Licitações no Site do Tribunal de Contas do Paraná. Verificam as condições de participação e se atendem às condições previstas no Edital, em seguida habilitam-se para participar dos certames nas datas definidas no Ato Convocatório (Edital).

Os Editais para Compras públicas atendem às modalidades previstas na Lei Federal 8.666/93 (Lei de Licitações), bem como na modalidade “Pregão” (Lei 10.520), que se dá da forma “presencial”, para facilitar o acesso e participação das empresas (MPEs, MEIs e EPPs) locais, já que a maioria não apresenta estrutura e nem o preparo necessário para participar de um possível “Pregão Eletrônico”.

Os Editais de Compras Públicas e destinados para a economia local, são para aquisição de bens de consumo como: Gêneros alimentícios; produtos de higiene e limpeza; materiais escolares e de informática; para atender as demandas das diversas Secretarias Municipais. Além disso é feita a compra direta de produtos alimentícios produzidos pelos agricultores locais e que abastecem as escolas Municipais na merenda escolar. No mínimo 30% do total da demanda da

merenda escolar é adquirida diretamente dos agricultores. Para fornecer ao Município os agricultores tem acompanhamento técnico, realizados por profissionais da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente Municipal e pela EMATER local, que orientam quanto ao manejo das culturas, uso adequado de agrotóxicos, conservação de suas fontes de água e reservatórios para melhoria da qualidade da água utilizada para consumo e na produção dos alimentos.

8.5. Resultados Alcançados

Com o incentivo dado pelo Município, muitas dessas pequenas empresas melhoraram suas estruturas, contrataram mais funcionários e conseqüentemente houve um desenvolvimento local significativo. Os empreendedores que até então, prestavam serviços ou vendiam seus produtos em pequenas quantidades hoje podem contar com mais uma fonte de renda pois também podem vender/prestar serviços aos Órgãos Públicos, e os empreendedores rurais que até então produziam muitas vezes o quantitativo para sua manutenção hoje tem a possibilidade de agregar valor e renda a sua produção. Até o momento obtivemos os seguintes resultados concretos:

- Exercício de 2010:
- (05) MEIs, com valor contratado de R\$ 47.911,68 contratados;
- (06) MPEs/EPPs com valor contratado de R\$ 166.870,00 contratados; e
- (13) agricultores no Compra Direta, cujo montante contratado foi de R\$ 14.422,65 contratados.

O somatório total para o exercício de 2010 com esse público alvo foi de R\$ 229.204,33 contratados pela Prefeitura.

Em 2011, no período de Janeiro à Setembro foram contratados :

- (15) MEIS, num montante de R\$ 157.325,00 contratados;
- (19) MPEs e EPPs, no montante de R\$ 716.874,40 contratados; e
- (15) agricultores, no valor de R\$ 28.747,00 contratados.

O somatório total para o período em referência foi de R\$ 902.946,40 contratados com o Município.

Segundo informações da Associação Comercial de Lindoeste, as MPEs e EPPs do Município geraram (35) novos postos de Trabalhos no período de 2010 à setembro de 2011;

O Índice da Micro e Pequena Empresa - ID-MPE melhorou significativamente, passamos da 364ª posição, para a 291ª posição, uma melhora de 73 pontos;

O fomento da economia local produzirá resultados positivos na arrecadação de impostos pelo Município, Estado e União;

houve melhoria da qualidade de vida, principalmente das crianças nas escolas com o consumo de alimentos saudáveis;

houve redução no impacto ambiental pela conservação das fontes e pela redução no uso de agrotóxicos.

8.6. Investimentos Realizados

8.6.1 Receitas

Seq.	Parceiro	Valor	Percentual (%)
01	Prefeitura Municipal	56.000,00	100,00
Totais		56.000,00	100,00

8.6.2 Aplicações de Recursos

Seq.	Natureza	Próprio	(%)	Parceiro	(%)	Total	(%)
01	Recursos Humanos/ano	25.000,00	80,00			25.000,00	80,00
02	Manutenção do Departamento/ano	2.600,00	8,00			2.600,00	8,00
03	Material/ano	3.500,00	11,00			3.500,00	11,00
Totais		31.100,00	99,00	0,00	0,00	31.100,00	99,00

8.7. Relato dos Beneficiados

Nome: TEREZINHA MARLI KUSKOSKI

Relação: Micro Empresa beneficiada pela ação

Relato: “Achei muito bom o incentivo do Município para a compra de Micro empresas. Nós, por exemplo, depois que começamos a vender para a Prefeitura, conseguimos ampliar o espaço físico do mercado, nosso faturamento aumentou, e consequentemente com o aumento do movimento tivemos que contratar mais funcionários, o que acaba fomentando a economia local, pois o dinheiro fica no Município”.

Nome: CELIA REGINA ZOPELLARO CARDOSO

Relação: Microempreendedor Individual- Presta serviços de Treinamento, beneficiada pela ação

Relato: “Eu ganhei muito com a formalização da minha profissão, pois agora tenho a garantia certa de uma futura aposentadoria, também posso prestar serviços pra Prefeitura, fazendo o que gosto e ganhando pra isso. Estou muito contente com o incentivo dado pelo Município para formalização de profissionais como eu”.

Nome: Dirceu Zapellaro

Relação: Microempreendedor Individual- Presta Serviços de Mecânico para o Município

Relato: “Depois que legalizei minha profissão através da Micro Empresa Individual-MEI, consegui prestar serviços também a Prefeitura e com isso melhorou meu rendimento, agora formalizado posso emitir Nota Fiscal. Acho muito interessante o apoio dado pela Prefeitura aos Microempreendedores Individuais, pois além melhorar nosso faturamento, temos a garantia de futuramente podermos nos aposentar e temos a oportunidade de prestar serviços a várias empresas, inclusive órgãos públicos”.

